

HABEAS CORPUS Nº 548.998 - SP (2019/0358579-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RENAN PEREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO : RENAN PEREIRA DE ARAUJO - SP378881
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON VIEIRA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de JEFERSON VIEIRA PEREIRA, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Aduz, para tanto, que *"Sendo assim como pode em um estado democrático de direito um cidadão ser preso preventivamente estando em seu trabalho e a 28 Km do local onde se deu o flagrante que autoridade pode afirmar que a droga encontrada é do paciente que se quer estava no local. A forma com a qual o paciente foi preso é um ato atentatório contra o princípio constitucional da presunção de inocência que diz que ninguém pode ser considerado culpado antes da sentença final, que advirá após lhe ser garantida a ampla defesa e o contraditório, dentro do devido processo legal. O Art. 5, inciso LVII da CF, é muito claro: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória" (fl. 7).*

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De

fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (Súmula nº 691/STF).

O writ impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"[...]"

1. Em benefício do réu Jeferson Vieira Pereira o advogado Murilo Dosualdo de Cichio impetrou "habeas corpus", com pedido de liminar, alegando sofrer o paciente constrangimento ilegal por parte da MMª Juíza de Direito em exercício no Plantão Judiciário da 16ª Circunscrição Judiciária da Comarca de São José do Rio Preto, nos autos nº 1501625-06.2019.8.26.0559 (4ª Vara Criminal), porque, detido por suposta prática do crime de tráfico de tóxicos, a prisão em flagrante dele foi convertida em preventiva, muito embora ausentes os requisitos legais para tanto e por decisão carente de fundamentação idônea, porquanto nada de concreto foi apontado para justificar a medida extrema. Afirma ser o paciente primário, de ótimos antecedentes, ter endereço fixo, família constituída, emprego lícito e militar em favor dele o princípio constitucional da presunção de inocência. Ademais, ele não teria cometido crime algum, sendo inverídica a denúncia de mercancia em sua casa.

Por tais razões, busca a concessão da ordem para ser deferida liberdade provisória ao paciente, expedindo-se alvará de soltura.

2. A liminar em "habeas corpus" é medida excepcional, reservada para os casos em que avulta flagrante o constrangimento ilegal e essa não é a hipótese dos autos. Ao que se infere dos documentos que acompanharam a impetração, a decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em custódia preventiva está fundamentada e não é teratológica, de modo que ao menos por ora deve subsistir. Apurar se os argumentos nela invocados são ou não suficientes para sustentar o decidido e se o paciente preenche ou não os requisitos para ser libertado, constitui matéria a ser enfrentada segundo as circunstâncias típicas do caso concreto e analisada pela colenda Câmara no julgamento de mérito, até porque não se presta a medida a antecipar a tutela jurisdicional. Diante disso, indefiro a liminar" (fls. 23-24).

Na hipótese, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Superior Tribunal de Justiça

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator